

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

---

ATA de 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
ASSEMBLÉIA GERAL  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC  
02 DE AGOSTO DE 2010

---

Aos cinco (02) dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, com sede à Av. Ramiro Colleoni, nº 05, Vila Dora, Santo André, às 10h00, realizou-se a Sétima Reunião Ordinária da Assembléia Geral, presidida pelo Presidente Prefeito Clóvis Volpi, e contou com a presença do Vice-Presidente do Consórcio, Excelentíssimo Prefeito Arq. Mário Wilson Pedreira Reali. Presentes, também, o Excelentíssimo Prefeito do Município de Santo André, Dr. Aidan Antônio Ravin, o Excelentíssimo Prefeito de São Bernardo do Campo, Prefeito Luiz Marinho, o Excelentíssimo Prefeito do Município de São Caetano do Sul, Dr. José Auricchio Júnior, o Excelentíssimo Prefeito do Município de Mauá, Prof. Oswaldo Dias, e o Excelentíssimo Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, Dr. Adler Alfredo Jardim Teixeira. Presentes os assessores regionais de Santo André, Mauá, Diadema, São Caetano do Sul e de Rio Grande da Serra. Presente, também, a Secretária Executiva do Consórcio, Dra. Eliana Bernardo da Silva e os Diretores do Consórcio, Antonio Da Cól Jr. (Diretoria Administrativa e Financeira) e Antonio Cláudio Deberaldine (Diretoria de Projetos e Programas). INÍCIO. – O Presidente iniciou os trabalhos dando bom dia e agradecendo a presença de todos. Seguindo a pauta, colocou em votação a ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 02/08/2010, a qual foi aprovada por unanimidade.

1) APRESENTAÇÃO PELO GT TRABALHO E RENDA, DA CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE TRABALHO DECENTE DO ABC, REALIZADA EM 13 E 14 DE MAIO DE 2010. Contando com a presença do Secretário de Trabalho de Mauá, Sr. Edilson de Paula, seu assessor, Sr. César Andaku, e o Sr. Thomaz Ferreira Jensen, economista, assessor-técnico do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), subseção Sindicato dos Químicos do ABC, e assessor-técnico do Comitê Gestor da Agenda Regional Trabalho Decente ABCDMRR. O Secretário de Trabalho de Mauá fez a abertura da apresentação agradecendo aos Prefeitos a oportunidade de trazer o relatório que foi utilizado na Conferência, com dados para um diagnóstico preliminar sobre o trabalho decente na região. Todos os Prefeitos receberam o material encadernado, o qual norteou a apresentação, que teve duração de 30 minutos. O trabalho apostilado é parte integrante desta ata. Terminada a apresentação, o Presidente abriu a palavra aos Prefeitos. O Prefeito Luiz Marinho informou que em seu Município editou dois decretos, sendo que o primeiro trata da absorção de mão de obra de trabalho de carcerários, e o segundo sobre trabalho decente. Alega que todos devem ter um olhar contínuo para este tema, sendo preciso analisar a história do observatório regional de emprego e pesquisa do DIEESE. O Prefeito Mário manifestou-se no sentido de que este trabalho é importantíssimo, visto que há um desequilíbrio de preços e exploração do trabalho decente. Citou o caso da China. Entende que se o Brasil não se organizar, não conseguirá impedir a entrada da China no país, e que os sindicatos devem ter essa interação. Citou o caso da indústria automobilística e a rapidez com que se compram produtos do mercado internacional, tendo como consequência, que essas empresas deixam de adquirir os produtos feitos em nosso mercado. Diz ser preciso que fiquemos atentos. Precisamos retomar o PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego). Citou também a questão da terceirização nas empresas, alegando que ainda temos trabalho

precário nas empresas, pois, como nas cotações vencem os melhores preços, vê-se, na prática, o quanto as peças adquiridas por melhores preços são precárias, construídas, muitas vezes, em favelas e outros locais precários. A Fiscalização pelo Município é imprescindível. O Prefeito Clóvis questiona se o observatório seria centralizado no Consórcio? O Secretário de Trabalho de Mauá responde que é necessária discussão a esse respeito, mas entende que a ferramenta seria o próprio Consórcio, asseverando que a pesquisa e alimentação de dados deveria ser conjunta, entre Municípios e Consórcio. Colocou, ainda, ser preciso discutir sobre as licitações, pois elas pautam pelo menor preço, o que traz o trabalho precário. O Prefeito Clóvis entende ser necessário que se coloque outras condições para o fornecimento no edital, para afastar este tipo de empresa. Entende que cada Prefeitura já deva estar tomando os cuidados para afastar o aventureiro. Coloca ser necessário e importante que se estude e discuta: 1) O Observatório Regional, sua estrutura e valor para implantação; 2) Licitações – Como afastar as empresas ruins. 2) PREENCHIMENTO DE CARGO DE ASSESSOR CONTÁBIL NO CONSÓRCIO. O Presidente, Prefeito Clóvis, coloca que este tema trata de solicitação por parte da Secretaria Executiva do Consórcio, que não tem logrado êxito em conseguir um assessor contábil para o Consórcio. Com a palavra, a Secretária Executiva informa que, não obstante inúmeros esforços que encetou neste sentido, não tem conseguido preencher o cargo, por indicação. Alega que a Lei que aprovou o Contrato de Consórcio Público e cargos e salários do Consórcio direcionou a contratação para profissional com curso superior em economia ou contabilidade (nível superior) e experiência em contabilidade pública. Ocorre que, na prática, não se consegue profissionais com estas características. Tem localizado alguns profissionais com formação de técnico em contabilidade e experiência em contabilidade pública, mas não com nível superior em contabilidade, e quando encontra profissional com o nível superior, este não possui qualquer noção de contabilidade pública. Argumenta que a Lei Federal nº 12.249/10 autoriza a contratação de técnico em Contabilidade, entendendo que nossa lei é restritiva e inconstitucional, devendo ser alterada. O Presidente coloca tratar-se de providência urgente, visto que a contabilidade do Consórcio está atrasada desde fevereiro, bem como ser necessário confeccionar-se o Orçamento/2011, que deve ser assinado por contador. Informa que há duas sugestões apontadas pela Secretaria Executiva: 1) que os Prefeitos emprestem algum contador de seu município ao Consórcio, para fazer a contabilidade, ao menos meio período, até que consigamos alguém para o cargo, ou, 2) Seja alterada a Lei do Consórcio, para que o cargo de Assessor Contábil possa ter formação superior em contabilidade, ou formação de técnico em contabilidade, com registro no CRC, conforme autoriza a Lei Federal nº 9.265/46, com a nova redação dada pela Lei Federal nº 12.249, de 11/06/10. Aberta a discussão, o Prefeito Auricchio ofereceu temporariamente funcionária de seu Município até que a legislação seja alterada. O Prefeito Marinho também colocou-se à disposição para emprestar algum contador, até que a alteração da lei se conclua. Indicou o Secretário Jorge Alano, que deverá ser procurado para este fim. Dada a palavra aos demais Prefeitos, todos concordaram com o empréstimo, até que a lei seja alterada. O Presidente solicitou à Secretária Executiva que confeccione o Projeto de Lei e Mensagem Legislativa, encaminhando aos Prefeitos o quanto antes. A Secretária agradeceu e prontificou-se a tomar as providências quanto à minuta do Projeto de Lei ainda nesta semana. 3) GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHO DE ATIVIDADE DELEGADA PAGA AOS POLICIAIS MILITARES E CIVIS. O Presidente explicou aos Prefeitos acerca do convênio de cooperação a ser firmado com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, para que haja conjugação de esforços, para que os policiais civis e militares, por meio de gratificação por desempenho de ação delegada, possam exercer atividade municipal, mediante plano de trabalho. Alega que

isso acabaria com o “bico” dos policiais, ao mesmo tempo em que os Municípios poderiam contar com os policiais para serviços de fiscalização e ações contra invasões e proteção a áreas ambientais. Alega que tem esses problemas em seu Município, e que o convênio regional poderia favorecer a todos. O Prefeito Mário coloca não ser contra o convênio com a instituição estadual, preferindo, todavia, que ele seja feito sem a gratificação, pois entende que, com ela, ficaremos reféns da polícia, quando quisermos encerrar o convênio. O Prefeito Clóvis argumenta que em sua cidade fez o convênio com o Estado, para que a polícia militar pudesse aplicar multas, tendo colhido bons resultados. Coloca, ainda, que em Ribeirão Pires deverá fazer o convênio para proteção das áreas de proteção ambiental, que estão sendo invadidas. O Prefeito Auricchio entende que nada mudará com a celebração do convênio. Entende que continuaremos tendo o que já temos hoje, com a agravante de criar um desconforto com a guarda municipal, que tem solicita aumento salarial. Coloca que, se São Caetano do Sul celebra referido convênio, será questionado porque não deu o aumento salarial, ao invés de, contrariamente, gastar com a polícia. O Prefeito Oswaldo Dias vê duas discussões: A primeira, de ordem prática, e a segunda, relacionada a princípios. Alega que, na prática, Mauá já paga pró-labore ao trânsito. Quanto aos princípios, entende que qualquer atividade que remunere o efetivo do Estado é contrária à atribuição dos municípios, além de ir contra a pauta que levamos ao Secretário de Segurança Pública do Estado na última reunião, quando participaram os Prefeitos da região, onde solicitamos que os Municípios gastassem menos com as atividades que são dever do Estado, e quando pedimos que o Estado olhasse mais para os municípios do ABC. Então, o fato de Mauá pagar pró-labore ao trânsito é contraditório ao que foi solicitado ao Estado. O Prefeito Auricchio coloca que criará a função pública de AGENTE DE TRÂNSITO. O Prefeito Oswaldo entende que, se esquecermos a prática e o princípios, em Mauá também necessitaria do convênio proposto neste pauta, porque em Mauá temos problemas com lixo jogado irregularmente em várias locais proibidos. Coloca que, quando o caminhão da prefeitura comete a irregularidade, a polícia logo chega, todavia, se o lixo é jogado por particulares, o que mais acontece, a polícia nunca vê. O Prefeito Luiz Marinho entende haver uma contradição entre nossas reclamações e nossa ação, se firmarmos referido convênio, pois estaremos, mais, uma vez, assumindo o ônus do Estado. Lembra a todos que o Secretário Estadual de Segurança Pública deu um banho de água fria nos prefeitos, quando estiveram como ele neste primeiro semestre, alegando ele que não daria para fazer nada, e quase pediu para ajudarmos mais. Lembra, também, que quando o Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, celebrou referido convênio com o Estado, pela gratificação da polícia, enfrentou greve da guarda civil metropolitana por uma semana. Coloca que há conflitos diários, pois a guarda municipal quer ser melhor remunerada. Entende que fazendo o convênio com o Estado, traremos o conflito para dentro da região. Sugere aos Prefeitos que aguardemos a posse do próximo governador, para discutirmos com ele sobre a segurança pública, pois atualmente os municípios têm pago tudo (prédio da delegacia, bombeiros, batalhões da polícia, alimentação, carros etc). “A questão da segurança pública na região é inaceitável, e seria o fim termos que despender mais recursos para isso. O Prefeito Clóvis diz que, na prática isso já acontece, pois no momento em tenho que pagar mais à minha guarda ambiental para fazer o mesmo serviço da guarda municipal, eu já estou sendo lesado. Coloca que a guarda florestal somente vai atrás de quem está construindo mal. O restante do trabalho fica com a guarda ambiental (municipal). O Presidente solicita à Secretária Executiva que officie à Polícia informando que referido assunto será discutido amplamente após a eleição deste ano. 4) FORUM DA CIDADANIA DO GRANDE ABC SOLICITA GESTÃO DO CONSÓRCIO JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. O

Presidente coloca aos Prefeitos que o Fórum O Fórum da Cidadania do Grande ABC, órgão da sociedade civil organizada, solicita gestão do Consórcio, por meio dos Prefeitos da região, junto ao Governo do Estado de São Paulo, especificamente Secretarias de Estado do Meio Ambiente e da Habitação, no sentido de ser protegida a área verde denominada "PARQUE ESTADUAL CHÁCARA DA BARONESA", criada por meio da Lei Estadual nº 10.861, de 31/08/01, sob a alegação de que a área encontra-se abandonada, com novas invasões a cada dia. Informam que existe a Resolução da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (Resolução SMA – 37, de 02/06/09, que instituiu Grupo de Trabalho encarregado de elaborar minuta de Termo de Convênio e Plano de Trabalho com vistas a operacionalização do "Parque Estadual "Chácara da Baronesa", mas que, ao que sabem, ela nunca foi cumprida. O Presidente dirige-se ao Prefeito de Santo André, Aidan Ravin, e coloca saber que a área encontra-se sob a responsabilidade de Santo André, mas que o tema foi colocado em pauta por tratar-se de solicitação dirigida ao Consórcio. A pedido do Prefeito Aidan, o Presidente solicita à Secretária Executiva que oficie à Prefeitura de Santo André, SEMASA e SASPI, para que informem quais as ações têm sido adotadas com relação às invasões ocorridas no Parque Estadual Chácara da Baronesa.

5) FUNCRAF. O Presidente informa que na última reunião os Prefeitos aprovaram o pagamento do imóvel onde está instalada a FUNCRAF, em São Bernardo do Campo, ao valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) por mês. Todavia, quando a entidade encaminhou os documentos para que fosse feito o convênio, verificou-se que o aluguel havia sido reajustado em julho/10 para R\$ 20.711,26 (vinte mil, setecentos e onze reais e vinte e seis centavos). Solicita aprovação do novo valor, alegando que o aumento é mínimo. Os Prefeitos aprovaram por unanimidade.

6) AUMENTO DO VALOR DO VALE REFEIÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO CONSÓRCIO. O Presidente coloca aos Prefeitos ter havido solicitação por parte dos funcionários do Consórcio à Secretaria Executiva. Alegam que o valor do vale está defasado. A Secretária Executiva informa que em levantamento efetuado, verificou que o valor atual do vale (R\$ 325,00/mês) não é aumentado desde 2007. Informa, também, que a proposta é de passar o valor diário de R\$ 14,77 para R\$ 18,00. A diferença será de aproximadamente R\$ 5.396,00 (cinco mil, trezentos e noventa e seis reais), se contarmos os meses de setembro a dezembro/10, existindo esta soma no orçamento. A proposta foi aprovada por unanimidade.

7) CRIAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO GRANDE ABC. O Presidente sugere a criação de uma Orquestra Regional. Coloca que Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Mauá, Diadema e São Bernardo do Campo não possuem orquestras formadas. Efetuado estudo, este dá conta de que o orçamento para a composição da estrutura de pessoal (músicos de alto nível), secretária, pessoal administrativo, limpeza, transporte, alimentação e hospedagem, camarim etc., no importe de R\$ 2.509.800,00 (dois milhões, quinhentos e nove mil, e oitocentos reais) ano. – exceto material gráfico de divulgação, imprensa, marketing etc. Foi distribuído material aos Prefeitos. Colocada em votação, a proposta foi rejeitada por unanimidade, em razão do alto custo do projeto. EXTRA PAUTA . Na seqüência, o Presidente solicitou à Secretária Executiva que passasse aos informes da pauta.

1) MEDICAMENTOS DE AUTO CUSTO. Antes de passar aos informes, o Prefeito Auricchio pediu licença para falar sobre medicamentos de alto custo, no que foi atendido. Questionou aos demais Prefeitos como andava este problema em seus Municípios. Alegou perceber que os custos destes remédios está voltando para o Município, quando, em verdade, é obrigação do Estado. Entende como prioridade que os Secretários Municipais de Saúde se reúnam imediatamente no Consórcio, para discutirem este assunto. O Prefeito Oswaldo Dias informa que Mauá conseguiu uma liminar contra o Estado. O Prefeito Auricchio reiterou o pedido de que os Secretários

sejam chamados ao Consórcio para discutirem esta pauta específica, juntamente com convite endereçados aos Juízes de Direito da região, pois eles é que normalmente deferem os pedidos dos Municípios que pleiteiam do Município, o pagamento deste tipo de medicamento. Sugere 30 dias para entrega de relatório no Consórcio. O pleito foi aprovado, devendo a Secretária Executiva encaminhá-lo ao GT Saúde, para a discussão, devendo a resposta ser protocolada perante a Secretaria Executiva do Consórcio.

2) Na seqüência, o Prefeito Luiz Marinho também solicitou a palavra para falar sobre os seguintes assuntos: a) HOSPITAL MARIO COVAS/SERRARIA e b) RESÍDUOS SÓLIDOS, no que foi atendido.

a) HOSPITAL MÁRIO COVAS. Comentou com os Prefeitos haver chegado ao seu conhecimento que desde 30 de julho p.p., o Hospital Mário Covas deixou de atender medicina de ginecologia e partos, ficando a cargo do Hospital Serraria esta incumbência. O Hospital Mário Covas alega que está ampliando os serviços de UTI adulto, semi-intensiva, UTI Neonatal externo, atendendo à Coordenadoria de Regiões de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde. Alega que em seu Município entraram em contato com o Hospital Serraria, onde alegaram desconhecer tal fato. Então, entraram em contato com a Secretaria de Estado da Saúde, que confirmou que o Hospital Serraria irá atender.

b) RESÍDUOS SÓLIDOS. Solicitou autorização para que o Secretário de Planejamento Urbano e Ação Regional de São Bernardo do Campo, Alfredo Buso, possa fazer apresentação sobre Resíduos Sólidos, mais especificamente sobre a Conferência sobre Saneamento Ambiental, uma proposta para a recuperação do lixão do Alvarenga, apenas para conhecimento dos Prefeitos. O pleito foi aprovado, e o Presidente do Consórcio solicitou à Secretária Executiva para tomar todas as providências neste sentido. A seguir, a Secretária Executiva informou aos Prefeitos que a próxima reunião da Assembléia Geral está agendada para o dia 06/09/10, todavia, véspera do feriado de 07 de setembro (independência). Após discussão, os Prefeitos decidiram agendar a próxima reunião para o dia 08 de setembro p.f., quarta-feira, às 10 horas.

INFORMES. Na seqüência, o Presidente solicitou à Secretária Executiva que passasse aos informes.

1) SEBRAE NACIONAL. A Secretária informou que os Secretários e técnicos dos Municípios discutiram com Agência de Desenvolvimento e SEBRAE NACIONAL os dois projetos, tendo optado, inicialmente, pelo projeto NEGOCIO A NEGÓCIO. A Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC encaminhou referido projeto ao SEBRAE, da forma como revisada pelos técnicos e secretários, onde solicita aumento do número de visitas e diminuição dos valores de contrapartida dos Municípios, estando no aguardo de resposta daquele órgão. Provavelmente na próxima Assembléia Geral, poderá haver novo informe.

2) PLANEJAMENTO REGIONAL ESTRATÉGICO 2011/2020. A Secretária informa aos Prefeitos que a abertura oficial do evento acontecerá no dia 05/08/10, às 10 horas, no auditório do Consórcio, e contará com as presenças do Presidente e Vice-Presidente do Consórcio. Entregou convite e material aos demais Prefeitos, e solicitou poder contar com a participação de todos no evento, pela sua importância.

3) REUNIÃO COM A ARTESP E ECOVIAS. A Secretária informou que o Diretor Superintendente da ECOVIAS, Sr. Humberto Gomes já retornou de férias e colocou-se à disposição para comparecer ao Consórcio. Todavia, o Diretor da ARTESP, Sr. Sampaio Doria ainda encontra-se em período de férias, retornando em princípio de agosto. A Secretária fará novo contato, para tentar agendar uma reunião extraordinária com os Prefeitos, para o mês de agosto.

4) REUNIÃO EM BRASÍLIA, NO MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÃO. Quanto ao pleito da última reunião ordinária, a Secretária informa que manteve contato com o Ministério das Comunicações, em Brasília, e teve retorno do Secretário de Comunicação Eletrônica e Radiodifusão daquele Ministério, Dr. José Vicente dos Santos, que alegou estar à disposição dos Prefeitos, para falar sobre TV. Todavia, só

atende após o almoço, pois durante a manhã despacha internamente. Os Prefeitos solicitaram agendar encontro para 10 a 15 dias desta data e comunicar aos Prefeitos, que optarão por quem irá. 5) FUNDAÇÃO SEADE. A Secretária informa ter solicitado reunião com Diretor do SEADE, a qual aconteceu em 15/07/10, no Consórcio, tendo comparecido o Diretor Sinésio e um técnico de nome Alexandre Jorge Loloian. A Secretária informou intenção do Consórcio em efetuar nova avença para a realização da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. Os técnicos alegaram ser difícil reduzir os custos da Fundação, pois os funcionários da entidade são os mesmos, para qualquer tipo de trabalho realizado (pesquisa mensal ou semestral). O trabalho deverá ser feito de qualquer maneira. 6. DIA MUNDIAL SEM CARRO. A Secretária Executiva informa que entre 18 e 25 de setembro comemora-se a Semana Nacional sem Trânsito, razão pela qual o GT Mobilidade (Trânsito e Transporte) solicita aos prefeitos, seja autorizado o fechamento dos estacionamentos dos Paços Municipais. Informa, ainda, que os assessores regionais rejeitaram o pedido do GT e sugeriram, em lugar, seja bolada pelo GT uma campanha educativa nas escolas, envolvendo jovens e adolescentes do ensino básico e fundamental, ou concurso de redação com sugestões criativas para a região, sobre este tema. Os Prefeitos solicitaram a remessa da questão ao GT Mobilidade. 7. PRONASCI. A Secretária Executiva colocou para assinatura dos Prefeitos, o ofício nº n°, endereçado ao Ministério da Justiça, cobrando resposta ao ofício nº 438.10.09-SE, de 05/10/09, que trata de solicitação de avaliação quanto à adesão dos Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema, ao PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública. O Prefeito Luiz Marinho solicitou à Secretária Executiva que fizesse contato com o Secretário de Planejamento Urbano e Ação Regional de São Bernardo do Campo, Alfredo Buso, para que este faça contato com o Ministério da Justiça, tentando agilizar a resposta. 8. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL COM A RECEITA FEDERAL. A Secretária Executiva informou aos Prefeitos que no dia 29/07/10 os Secretários Municipais de Educação, Jurídico, Finanças e Promoção Social reuniram-se no Consórcio, onde receberam explicações das auditoras da Receita Federal, Sras. Paola Squadrone, Gióia e Marlene, sobre o programa. Ficou agendado o prazo de 16/08/10, para que encaminhem ao Consórcio as respostas, se os municípios aderirão ao programa de forma municipal ou regional. O Prefeito Clóvis informou aos demais que já aderiu e está fazendo em Ribeirão Pires, tendo sido fantástico. Envolveu toda a rede municipal de ensino, conscientizando as crianças sobre o papel dos tributos. Em Ribeirão Pires o Judiciário (Vara da Cidadania) foi envolvida, o que entende imprescindível. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta e encerrou a reunião, às 12h30, cuja ATA, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Eliana Bernardo da Silva, Secretária Executiva do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.....

Região do ABC Paulista, em 02 de agosto de 2010.

Prefeitos signatários, presentes na 7ª. Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

CLÓVIS VOLPI  
Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC  
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

MÁRIO WILSON PEDREIRA REALI  
Vice-Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC  
Prefeito do Município de Diadema

AIDAN ANTÔNIO RAVIN  
Prefeito do Município de Santo André

LUIZ MARINHO  
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

JOSÉ AURICCHIO JUNIOR  
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

OSWALDO DIAS  
Prefeito do Município de Mauá

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA  
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

---

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 7ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

ELIANA BERNARDO DA SILVA  
Secretária Executiva da Presidência